



MEDIANEIRA - PARANÁ

# Câmara Municipal de Medianeira

Gabinete de Vereador Eduardo de Paula Schulz

## PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 134/2025

**Projeto de Lei n.º 134/2025**, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a concessão do serviço público de transporte coletivo urbano no Município de Medianeira/PR e dá outras providências.

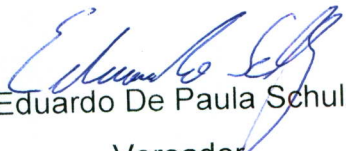
### EMENDA ADITIVA Nº 004/2025

Fica acrescido o inciso VI ao Art. 4º do Projeto de Lei do Executivo n.º 134/2025, com a seguinte redação:

“VI - Implementação e regulação de sistemas de Transporte Responsivo sob Demanda (DRT), operados por veículos de menor capacidade integrados à bilhetagem, visando a eficiência econômica em zonas de baixa densidade.”

**Justificativa:** A operação de ônibus de grande porte em bairros distantes tende a gerar baixa eficiência operacional. Modelos de transporte sob demanda demonstram capacidade de reduzir custos operacionais, melhorar o atendimento em horários de menor movimento e otimizar a integração com a rede de transporte existente.

Gabinete do Vereador, 09 de dezembro de 2025.

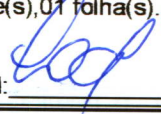
  
Eduardo De Paula Schulz  
Vereador

Câmara Municipal de Medianeira - Depto. de protocolo

Protocolo nº1104/2025 09/12/2025 - 09:59min

Contendo: 01 volume(s), 01 folha(s). 00 anexo(s)

Descr. do anexo:

Servidor responsável: 



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

### PARECER JURÍDICO

**EMENTA:** Direito Administrativo. Estrutura Administrativa. Transporte Coletivo. Concessão. EMENDA ADITIVA 002. *Quórum:* Maioria Simples. Pela legalidade.

É submetido ao crivo desta Assessoria a Emenda Aditiva n. 002/2025, de autoria do Vereador Eduardo de Paula Schulz, ao Projeto de Lei, oriundo do Chefe do Poder Executivo, n. 134/2025, ao qual exaramos o seguinte

### PARECER:

#### DOS FATOS:

A matéria principal tem como objeto buscar autorização para a transferência à iniciativa privada, por meio de concessão, o Transporte Coletivo Urbano de Medianeira.

A Emenda em apreço visa acrescentar o Inciso VI ao Artigo 4º da referida proposição.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

### DO DIREITO:

A Constituição Federal nos Incisos I e V do artigo 30, assim estabelece:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

.....

***V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”***

Sobre o tema “concessão”, a Carta Magna, em seu Artigo 175 assim preconiza:

***“Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.***

***Parágrafo único. A lei disporá sobre:***

***I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;***

***II - os direitos dos usuários;***

***III - política tarifária;***

***IV - a obrigação de manter serviço adequado.”***

Em sede legislativa infraconstitucional a Lei 8.987/1995, em seu Artigo 2º, Inciso IV, reza que a permissão de serviços públicos é formalizada por contrato de adesão e exige a realização





# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

**de licitação**, sem definir a modalidade, se fazer menção desta exigência para as concessão.

Porém o Tema 854 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal (STF) trata da **obrigatoriedade de licitação para a prestação de serviços públicos de transporte coletivo**, deixando clara esta exigência.

O Artigo 175 da Constituição Federal estabelece regras sobre a concessão ou permissão de serviços públicos, vejamos:

***“Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.***

***Parágrafo único. A lei disporá sobre:***

***I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;***

***II – os direitos dos usuários;***

***III – política tarifária;***

***IV – a obrigação de manter serviço adequado.”***

A Lei de Licitações (Lei n. 14.133), em seu Inciso IV do artigo 2º, preleciona que os serviços, concessões e permissões da Administração Pública, quando contratados com particulares, serão necessariamente precedidas de licitação, vejamos:

***“Art. 2º Esta Lei aplica-se a:***

.....

***IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;”***



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Para análise da matéria em *questione* necessário se faz analisar a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Esta por sua vez, no Artigo 2º, os incisos II e IV estabelecem a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para a concessão e permissão de serviços públicos, vejamos:

***“Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:***

***I – poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;***

***II – concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;***

***[...]***

***IV – permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”***

Sobre a concessão de gratuidades no uso do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano o § 2º do Artigo 230 da Constituição Federal e o Artigo 39 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) garante a gratuidade em transportes coletivos para idosos com 65 anos ou mais,





*CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA*  
ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

além de assentos preferenciais, principalmente para viagens interestaduais, com direito a dois assentos gratuitos e, caso estes já estejam ocupados, a 50% de desconto nas passagens.

Por sua vez Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura o acesso ao transporte público para pessoas com deficiência, incluindo a gratuidade e a necessidade de adaptações nos veículos para garantir a acessibilidade.

**DO MÉRITO:**

Como mencionado o projeto original em baila pretende obter autorização legislativa para que o Município possa repassar a terceiro, através do Instituto da Concessão, a exploração dos serviços públicos de transporte coletivo urbano.

O Artigo 4º trata das obrigações à serem seguidas pelo concedente para a gestão e planejamento do serviço.

O Autor da Emenda, por sua vez, pretende ver acrescido o Inciso VI ao Artigo 4º.

Pretende trazer ao modelo de concessão a ferramenta de operacionalização através do sistema de Transporte Responsivo sob Demanda (DRT).

Segundo fonte de IA **“Transporte Responsivo sob Demanda - DRT**, (do inglês *Demand Responsive Transport*) é um modelo de transporte flexível que adapta rotas e horários em tempo real com base na demanda dos usuários, usando tecnologia (apps, algoritmos) para



*CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA*  
ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

conectar pessoas a veículos (vans, micro-ônibus) de forma dinâmica, ideal para áreas rurais, de baixa densidade ou para resolver o primeiro e último quilômetro do transporte público, oferecendo uma alternativa entre ônibus e táxi, mais confortável e eficiente que o transporte convencional. ”

A pesquisa nos oferece uma noção de como funcionaria, qual as características e quais as vantagens que traria, vejamos:

- **Solicitação:** Usuários pedem o transporte via aplicativo ou telefone, como um táxi.
- **Otimização:** Um software inteligente agrupa pedidos próximos, cria rotas dinâmicas e eficientes.
- **Flexibilidade:** Veículos ajustam seus trajetos e paradas conforme a necessidade dos passageiros, sem rotas fixas.
- **Tecnologia:** Uso de apps e sistemas de gerenciamento para otimizar a operação.
- **Flexibilidade:** Adaptação de itinerários e horários à demanda real.
- **Conforto:** Oferece conforto similar ao carro particular (Wi-Fi, ar-condicionado).
- **Eficiência:** Reduz custos operacionais em áreas de baixa demanda.
- **Cobertura:** Atende áreas mal servidas pelo transporte público tradicional.
- **Conveniência:** Aumenta a acessibilidade e conveniência para os usuários.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

- **Integração:** Conecta usuários ao transporte público principal (primeiro/último km).
- **Sustentabilidade:** Pode reduzir o uso de carros individuais.

Não vemos óbice de ordem legal, salientando que a sistemática ensejará a necessidade da exigência desta ferramenta no Edital de Licitação para escolha do concessionário.

**DO QUORUM:**

A Lei Orgânica Municipal, no parágrafo 4º. do artigo 52 prevê:

***“§ 4º A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presentes à sessão a sua maioria absoluta.”***

No caso o quórum para aprovação será da maioria simples dos vereadores presentes a sessão, desde que esteja presente a maioria absoluta.

Em face do silêncio em relação a *quórum* especializado, entende-se que a votação depende de maioria simples dos vereadores.

**DA CONCLUSÃO:**

Diante do exposto exaramos **PARECER FAVORÁVEL** por entender que a matéria preenche os requisitos para tramitar nesta Casa de Leis.

S. M. J., este é o PARECER.

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: [camara@medianeira.com.br](mailto:camara@medianeira.com.br)





*CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA*

ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

---

Medianeira, 10 de dezembro de 2025.

  
**Valmir Odacir da Silva**

Advogado

OAB/PR 52.113